

Escolha de Collor é decisiva para estabilizar a economia

GAZETA MERCANTIL
19 MAR 1992
Igor Cornelsen *

Inegavelmente, a economia brasileira atravessa o quadro mais favorável desde o advento da Nova República, as reservas crescem, a inflação está caindo sem truques e a economia começa a crescer consistentemente. Neste início de março, o cruzeiro tem valor realista e estamos para concluir um bom acordo com os credores externos.



A estabilidade econômica, porém, está ainda longe de ser alcançada e dificilmente o Congresso Nacional contribuirá para o equilíbrio fiscal. O Congresso em regime presidencialista é irresponsável por definição, no Brasil ou em qualquer lugar. Como o parlamentarismo não acontecerá antes de 1995, precisamos atravessar estes três longos anos rumando para a estabilização, que contará somente com o esforço do Executivo.

A fim de manter a rota de inflação declinante, o governo precisa mostrar determinação no corte do déficit público (quanto a isso o Executivo tem deixado a desejar).

Por que é que a Petrobrás precisa investir US\$ 3 bilhões em 1992? Para vender petróleo a US\$ 14 o barril? Não é melhor manter as reservas enterradas e importar o petróleo? De que adiantaria produzir 1 milhão de barris de petróleo em 1994? A quem interessa esta política? A Nação não; à Petrobrás melhor seria importar petróleo barato, manter as reservas, reduzir o endividamento a zero e preparar a companhia para a competição, pois, mais cedo ou mais tarde, o monopólio acaba por estar caduco.

Parece claro que a meta de 1 milhão de barris por dia só interessa às empresas que vão fabricar as plataformas e os dutos e aos bancos e investidores que financiarão a Petrobrás ou comprarão os seus "bonds" a juros altos no exterior.

Ao presidente melhor seria mostrar que a inflação é de 1% ao mês do que mostrar que o País produz barris de petróleo a mais, porque pouco importaria à população,

comparado com a viabilização econômica da Nação.

O mesmo valeria para os investimentos da Eletrobrás, melhor seria parar tudo e pagar as suas dívidas, conseguindo derrubar a inflação. Ainda não entendo por que a Eletrobrás não pensou na privatização, na margem como planeja o governo de São Paulo a fim de ter a energia sem investir os recursos do público.

O superávit fiscal primário em janeiro e fevereiro não permite obras, pelo contrário, recomenda cortes. A construção de CIAC é incompatível sem um claro superávit fiscal. A educação pública é tão ruim que não faz sentido a construção de novos prédios. O sistema precisa melhorar primeiro. O mesmo se aplica aos hospitais.

Até parece que o Brasil é feito para os empreiteiros de obras públicas do que para os próprios brasileiros.

E a privatização precisa ser acelerada para que haja uma redução permanente do Estado, da dívida pública e para que o setor público deixe de gastar o dinheiro dos impostos com juros.

Para que a aceleração das privatizações ocorra e para que o preço das empresas suba, vendendo por preço maior o patrimônio público, é necessária a eliminação da limitação do volume de ações que os estrangeiros podem comprar (esse cartório só interessa aos brasileiros ricos) e a eliminação do desconto de 25% no uso da dívida externa em privatização; só assim aumentaríamos o número de compradores potenciais dessas empresas.

A estabilidade não depende do Congresso, depende do Executivo, e este precisa ser agressivo no corte do investimento público e na aceleração da privatização, se quiser realmente estabilizar o País e recuperar a popularidade.

Construção de CIAC, 1 milhão de barris de petróleo, investimentos em hidrelétricas e construção de hospitais são incompatíveis com estabilidade econômica. É um ou outro, os primeiros interessam aos empreiteiros, a estabilidade econômica, à Nação.

O presidente Collor terá que optar.

* Diretor do Chartered WestLB Ltd.